

# RORIZ CRIOU PÓLO DE CINEMA

CORREIO BRAZILIENSE

Alethea Muniz

Da equipe do *Correio*

Nos tempos em que ainda vivia em Brasília, o compositor Renato Russo pediu ao jornalista e amigo Fernando Lemos para interceder junto ao governo e reivindicar espaços para as bandas da cidade ensaiarem. Assim fez Fernando, mas com a demora da resposta oficial, o grupo Legião Urbana partiu para o Rio de Janeiro.

Por ironia do destino (ou não?), Fernando assumiu a Secretaria de Cultura do Distrito Federal em 1992. Ele foi um dos seis secretários que comandaram a área cultural durante os seis anos de governo Roriz — de 1988 a 1994, com breve interrupção em 1990 para a campanha ao cargo, quando Wanderley Vallim assumiu o posto por menos de um ano. Então na Secretaria, Fernando lembrou-se de Renato Russo e veio a intenção de criar o Pólo Fonográfico da cidade.

“A idéia era que as pessoas não fossem embora como o Legião”, lembra o jornalista sobre o projeto inspirado no modelo implantado na Bahia. Até mesmo o cantor Gilberto Gil chegou a vir a Brasília para contar a experiência de lá. “Cheguei a articular, mas não consegui fazer”, lamenta o ex-secretário. Se esse projeto naufragou naquele governo, outros deram certo.

O Pólo de Cinema e Vídeo nasceu em um período de grandes dificuldades na produção de cinema nacional. O problema era tão sério que o Festival de Cinema de Brasília chegou a ser adiado, em maio de 1992, pela falta de filmes concorrentes na categoria principal. Foi realizado meses depois graças às verbas liberadas pelo Pólo para as produções, entre elas *Alma Corsária*, *Alma Gêmea*, de Carlos Reichembach.

O Pólo prometia trazer uma luz para o cinema brasileiro. Assim vieram para a cidade cineastas como Nelson Pereira dos Santos, que filmou na região Centro-Oeste *A Terceira Margem do Rio*.

Naquele ano a cidade também recebeu o Espaço Cultural 508 Sul. Mesmo com a obra ainda por terminar, era resultado da pressão dos artistas e intelectuais da cidade, que ocuparam os três galpões na quadra e passaram a promover eventos culturais. Veio o apoio do governo, que conseguiu o patrocínio da Fundação japonesa Mokiti Okada, responsável por 70% da obra. Assim começaram as oficinas artísticas, que deveriam chegar às cidades, como Taguatinga e Gama.

As instalações hidráulicas e elétricas do Museu de Arte de Brasília (MAB) foram trocadas na reforma que deixou o local pronto para receber exposições. O ex-secretário de Cultura Márcio Cotrim, no cargo entre 1990 e 1992, lembra o projeto de fazer 52 quiosques em lugares movimentados para vender produtos dos artistas da cidade, como livros, discos, quadros. De fato, oito quiosques foram criados.

O centro das decisões políticas também sofreu mudanças. Primeiro, a cultura de Brasília passou pelas mãos dos secretários D'Alembert Jorge Jacoud, Renato Riella, Laís Aderne e Márcio Cotrim, quando foi instituído o Conselho de Cultura, órgão normativo formado principalmente por pessoas da comunidade, depois de muitas reivindicações. A idéia era que as decisões estivessem apoiadas no tripé Secretaria de Cultura, Fundação Cultural e Conselho de Cultura, como permanece.

Depois vieram as gestões de Fernando Lemos e Cesar Baiochi, a última do governo Roriz. Quanto à legislação, a Câmara aprovou e o governador sancionou a Lei de Incentivos Fiscais — conhecida como Lei Magela —, até hoje em discussão por não ter sido aplicada. “Não pegou e não vai pegar nunca, porque é em cima de ICMS e isso você paga todo dia. Ela é inviável”, afirma Fernando Lemos. Quanto à relação com o governador, Lemos lembra que os secretários costumavam atuar com certa liberdade, pois Roriz nunca interferia nos projetos culturais.